O GLOBO
Publicado em 30/04/2024 - 05:57

Dívida do Rio abre embate público entre Castro e Fazenda

Castro e secretário do Tesouro trocam críticas

Rogério Ceron diz que aumento de gastos com pessoal fragilizou as finanças do Rio, mas governador rebate e afirma que altas taxas de juros cobradas pela União fazem dívida do estado não parar de crescer. Discussão está no STF

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES E THAÍS BARCELLOS
granderia@oglobo.com.br
RIO E BRASÍLIA

A escalada da dívida do Estado do Rio com a União deixou o governador Cláudio Castro e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em rota de colisão. Numa reação à decisão do Executivo fluminense de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o pagamento do passivo enquanto não houver uma renegociação, Ceron disse ontem que vai expor ao Judiciário os motivos pelos quais as contas públicas do rio estão fragilizadas. Ele citou que o gasto com pessoal aumentou cerca de 30% de 2021 a 2023, um dos maiores do país, mesmo com as vedações impostas pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em entrevista à GloboNews, Castro rebateu o secretário e disse que o problema do Rio não está relacionado à folha de servidores, mas às altas taxas de juros cobradas pela União e à queda da arrecadação.

— Vamos levar ao conhecimento do Judiciário o que tem feito as finanças do estado a estarem em situação fragilizada. Se é mesmo pelo pagamento da dívida ou se é por decisões locais em relação à gestão de finanças públicas e o grau de responsabilidade em relação ao futuro das finanças daquele estado — disse Ceron. — É muito difícil ter processo de recuperação fiscal com despesa de pessoal nesses patamares.

Em resposta, Castro disse que o secretário desconsiderou nessas contas as perdas de arrecadação do Rio provocadas pelas Leis Complementares 192 e 194, de 2022, que limitaram a 18% a alíquota do ICMs sobre os combustíveis. Até então, o Rio cobrava 32%.

WASHINGTON COSTA/MF

Rogério Ceron. O secretário do Tesouro Nacional fala em "decisões locais"

CRISTIANO MARIZ / 25.03.2024

Cláudio Castro. O governador afirma que críticas são "bobagem sem tamanho"

— Ele (Ceron) está falando uma bobagem sem tamanho. O Rio previu essa queda de receita de ICMS e, por isso, enviou à Alerj projeto (de lei orçamentária) que previa um déficit de R$ 9 bilhões, já com essa realidade financeira — afirmou.

AUMENTO PARA PMS

O governador afirmou que o que mais pesou nos gastos com pessoal foi um reajuste de 15% a 18% para policiais militares. Castro explicou que, em 2022, precisou conceder o percentual para incentivar dez mil agentes que já tinham condições de passar à reserva a não se aposentarem. Isso porque, em cumprimento a uma regra federal, a Alerj aprovou novas normas para a aposentadoria de policiais e bombeiros que teriam que ficar mais cinco anos na ativa (o tempo de serviço subiu 30 para 35 anos). Sem o aumento, diz o governo, os policiais com 30 anos de carreira sairiam de uma única vez para evitar cumprir a nova lei.

— Para os demais servidores, não houve aumento de salários nos últimos sete anos. O que ocorreu foi uma recomposição salarial, abaixo da inflação, o que era permitido pelo regime — argumentou o governador. — A recomposição não teve nenhum aumento (acima do IPCA). Ou será que o secretário está propondo que façamos um arrocho maior ainda no salário do servidor? Não teve gastança alguma. O secretário deveria olhar bonitinho porque lá no plano de recuperação, a revisão anual é prevista. Não teve desrespeito. Ele está mal informado, com certeza.

30%

Aumento da folha do estado de 2021 para 2023

O dado foi citado pelo secretário do Tesouro Nacional, mas contestado por Cláudio Castro

Para o economista André Luís Marques, diretor administrativo e financeiro do Insper, que acompanha a execução do RRF desde 2017, tanto a União quanto o governo do estado são responsáveis pelo atual cenário:

— Desde que aderiu ao regime, o estado desrespeitou as regras do RRF. Não que servidores não mereçam reajustes. Mas não se pode pensar em aumentar gastos contando, por exemplo, que as receitas dos royalties do petróleo estejam em alta. Por outro lado, a União sabia que o Rio não cumpria as regras. E, embora fizesse ameaças, jamais excluiu o estado do regime.

R$ 190

bilhões. É o valor da dívida do Rio com a União

Em 1997, o valor estava em R$ 13 bilhões. O governo diz que já pagou R$ 153 bilhões

Na ação no STF, que está sob a análise do ministro Dias Toffoli, o estado alega que houve cobranças indevidas e imposição de regras leoninas pela União. Sem citar os nomes dos titulares das pastas, o texto diz que essa situação se deve a "ações e omissões do ministro da Fazenda e do secretário do Tesouro", em referências a Fernando Haddad e Rogério Ceron. O governo pede ainda que a União não bloqueie repasses federais ao estado enquanto não se chegar a um acordo sobre a dívida.

— Não é uma briga política. Queremos pagar. O que estamos questionando é se esses indexadores que têm sido cobrados são justos — explicou Castro.

O governador disse, em entrevista ao RJTV, da TV Globo, que o pagamento da dívida no atual patamar pode levar o estado a suspender salários de servidores em 2026. O déficit previsto no orçamento deste ano é de R$ 8,5 bilhões. E a projeção piora: R$ 13,7 bilhões em 2026 e R$ 15,5 bilhões no ano seguinte. Castro comparou os juros cobrados pela União aos pagos por um cidadão no cartão de crédito, que acabam virando uma bola de neve. Nas contas do governo, em 1997, as dívidas do estado chegavam a R$ 13 bilhões. E, desde então, mesmo com repactuações, o montante não parou de crescer:

— Pelas atuais regras, a gente deve hoje R$ 190 bilhões. Mas, nos últimos anos, já foram pagos R$ 153 bilhões. Se a gente não fizer essa discussão, o Rio não vai pagar nunca essa dívida, e a própria população vai pagar juros sobre juros para a União — argumentou o governador.

JUROS SÃO DE 4% AO ANO

Atualmente as dívidas dos estados são corrigidas por uma taxa de juros de 4% ao ano mais o IPCA ou a Taxa Selic, sendo escolhido o menor índice.

Na entrevista coletiva, em Brasília, Ceron deixou em aberto a possibilidade de negociar uma queda dos juros com o governo do Rio. A proposta da União é que, em troca da redução, o estado participe do programa Juros por Educação. Nesse caso, as taxas poderiam ser fixadas entre 2% e 3% ao ano. Mas a economia obtida com esse novo cálculo teria que ser revertida para ampliar as matrículas no ensino médio técnico.

O cenário de dificuldades com as contas não é exclusivo do Rio. Um estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional, indica que, das 27 unidades da federação — incluindo o Distrito Federal, 23 deverão fechar 2024 no vermelho. O déficit total deve chegar a R$ 29,3 bilhões, segundo os cálculos da entidade.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Rio **Pagina:** 24

Copyright © Clipclap 2025.